

II. Deliberações

Câmara Municipal

1. Minuta do Contrato de Empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB – Ratificação.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, ao abrigo a autorização necessária para a contratação concedida pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 3 de novembro de 2023, proposta de ratificação da decisão do Presidente da Câmara, tomada em 02/12/2023, por motivo de urgência relacionada com a necessidade de submeter o processo a visto prévio do Tribunal de Contas, de aprovar a Minuta do Contrato de Empréstimo de médio e longo prazo, a celebrar com a Caixa de Crédito Agrícola, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo n.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 107526

Data: 30/11/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

PROPOSTA: Empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB - Aprovação da Minuta do Contrato - RATIFICAÇÃO

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Tendo sido concedida pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 3 de novembro de 2023, a autorização necessária para a contratação, junto da Caixa de Crédito Agrícola, de um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 15.000.000€, para aquisição das participações detidas pelos parceiros privados na SGEB, foram vertidos na minuta do contrato em anexo os pressupostos contratuais aprovados.

Assim, por motivo de urgência relacionada com a necessidade de submeter o processo a visto prévio do Tribunal de Contas, propõe-se que o Ex.mo Presidente aprove a minuta do contrato de empréstimo, em anexo.

Mais proponho que se submeta a presente decisão a ratificação pelo Executivo Municipal, na próxima reunião deste órgão, uma vez que se trata da prática de um ato da sua competência, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo n.º 35, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

À consideração superior.

A Chefe da Divisão de Contabilidade

Anexos:

1. Minuta do contrato de empréstimo

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Entre as Primeiras Contraentes: -----

CAIXA CENTRAL – CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L., com sede em Lisboa, na Rua Castilho, 233 e 233-A, NIPC 501 464 301, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social realizado de € 314.938.565,00 (variável), representada por _____ e por _____, na qualidade de _____, que indica/m como domicílio profissional _____, – neste contrato designada abreviadamente por **MUTUANTE** ou **CAIXA CENTRAL**, entidade central e de representação do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo ou **CRÉDITO AGRÍCOLA** –, como CAIXA LÍDER e as suas associadas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo seguintes: -----

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO ALTO CÁVADO, C.R.L., com sede na Praça do Comércio, nrs. 61 e 63, Ferreiros, 4720-337 Amares, concelho de Braga, NIPC 509 551 793, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, com o capital social de € _____,00 (variável), representada por _____ e por _____, na qualidade de _____, que indica/m como domicílio profissional _____, designada por CAIXA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO ou **MUTUANTE**; -----

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO _____, C.R.L., com sede _____, _____-_____, concelho de _____, NIPC _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de € _____,00 (variável), representada por _____ e por _____, na qualidade de _____, que indica/m como domicílio profissional _____, designada por CAIXA AGRÍCOLA _____ ou **MUTUANTE**; -----

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO _____, C.R.L., com sede _____, _____-_____, concelho de _____, NIPC _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de € _____,00 (variável), representada por _____ e por _____, na qualidade de _____, que indica/m como domicílio profissional _____, designada por CAIXA AGRÍCOLA _____ ou **MUTUANTE**; -----

SE INTERVIEREM MAIS CCAMs ACRESCENTAM-SE CAMPOS PARA SUA IDENTIFICAÇÃO
-- e todas as Primeiras Contraentes também designadas ou por **MUTUANTES**. -----

E o Segundo Contraente e Mutuário: -----
MUNICÍPIO DE BRAGA, autarquia local, NIPC 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4704-514 Braga, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal e signatário, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** – que outorga nessa qualidade e em nome do MUNICÍPIO doravante designado por **MUTUÁRIO**. -----

* É celebrado o presente Contrato de Empréstimo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA (*Empréstimo, finalidade e pressupostos*)-----

1. O presente Contrato regula as condições do empréstimo a conceder ao MUTUÁRIO, pelas MUTUANTES, estas em sindicato bancário do CRÉDITO AGRÍCOLA, liderado pela CAIXA CENTRAL, ao abrigo do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e dos artigos 49º e 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, com as subsequentes alterações (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), que se destina a financiar o investimento municipal de aquisição das participações sociais detidas pelos parceiros privados do MUNICÍPIO de BRAGA na SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S. A., NIPC 508 784 921, com sede em Braga, conforme os ofícios do MUNICÍPIO nº _____, datado de __/__/2023, relativo ao procedimento de consulta para a contratação deste empréstimo, e o nº 31573, de 08/11/2023, com a comunicação da decisão da sua adjudicação, pela edilidade. -----

2. O MUNICÍPIO e o outorgante Presidente da Câmara Municipal de Braga declaram que este empréstimo tem enquadramento orçamental e cumpre os requisitos legais e financeiros de enquadramento, de procedimento de adjudicação e de contratação, que foi previamente aprovado pelo MUNICÍPIO MUTUÁRIO nos termos da deliberação da sua Assembleia Municipal de Braga, de ____ (data)____, sob proposta e decisão aprovada pela Câmara Municipal de Braga, em 16 de Outubro de 2023 – (conforme as respectivas actas a que correspondem os **Anexos nrs. 1 e 2** deste Contrato). -----

3. Este contrato será submetido a Visto prévio do Tribunal de Contas, pelo que a disponibilização dos fundos do empréstimo depende da concessão desse Visto favorável e da sua comunicação e comprovação às MUTUANES, que o MUTUÁRIO se obriga a fazer-lhes no prazo de dez dias subsequentes à emissão do Visto.-----

CLÁUSULA SEGUNDA (*Crédito e Confissão de dívida*) -----

1. Nos termos e condições deste Contrato, com a finalidade e os pressupostos referidos na Cláusula Primeira, as MUTUANES concedem ao MUNICÍPIO, a pedido e no interesse deste, um empréstimo do montante global de QUINZE MILHÕES DE EUROS [€15.000.000,00].-----

2. O crédito é aberto pelas MUTUANES, como obrigações conjuntas, cabendo a cada uma a concessão do montante seguinte: -----

2.1. A CAIXA CENTRAL concederá o montante de até € _____ (_____ euros).-----

2.2. A CAIXA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO concederá o montante de até € _____ (_____ euros).-----

2.3. A CAIXA AGRÍCOLA _____ concederá o montante de até € _____ (_____ euros).-----

2.4. A CAIXA AGRÍCOLA _____ concederá o montante de até € _____ (_____ euros).-----

2.5. – Etc. - ACRESCENTAR CAMPOS/Nrs. SE INTERVIEREM MAIS CCAMs

3. As MUTUANES poderão ajustar entre si proporções ou montantes diferentes das referidas no número anterior, para a concessão do montante do empréstimo por cada uma, ou a cessação do crédito e da posição contratual, total ou parcial, entre MUTUANES ou da CAIXA CENTRAL para outras Caixas do CRÉDITO AGRÍCOLA suas associadas, que adiram expressamente, e sem reservas ao presente contrato, assumindo a posição de MUTUANES, conquanto nunca seja afectada a obrigação da concessão do empréstimo pela totalidade do montante definido no número 1 (um) e disso não decorram quaisquer maiores encargos para o MUNICÍPIO. -----

4. O montante do empréstimo será disponibilizado e as suas quantias consideram-se mutuadas com o seu crédito na conta de depósitos à ordem com o IBAN PT50 **0045** _____, titulada pelo MUTUÁRIO no CRÉDITO AGÍCOLA e associada a este empréstimo, doravante designada por «**Conta D.O.**». -----
5. O MUTUÁRIO confessa-se desde já devedor às MUTUANTES das quantias mutuadas ao abrigo deste contrato e através do seu crédito na dita Conta D.O., e obriga-se a cumprir o contrato, a reembolsar o empréstimo e a pagar os juros como contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA (*Prazo do Contrato*) -----

O empréstimo é concedido pelo **prazo de catorze anos**, a contar da data do Visto prévio do Tribunal de Contas, que se considera a «Data da Perfeição do Contrato», para efeitos deste contrato, da concessão dos fundos e da contagem dos prazos. -----

CLÁUSULA QUARTA (*Utilização do Empréstimo*) -----

O montante do empréstimo será disponibilizado de uma só vez, mediante solicitação escrita do MUTUÁRIO, às MUTUANTES, com cinco dias úteis de antecedência em relação à data pretendida para o crédito, após comprovado o Visto do Tribunal de Contas. -----

CLÁUSULA QUINTA (*Reembolso do capital*) -----

1. O reembolso do capital do empréstimo será feito em prestações iguais de capital e com periodicidade trimestral, postecipadas e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação noventa dias após a data do visto do Tribunal de Contas, ou seja: a contar da Data da Perfeição do Contrato, e cada uma das demais prestações de capital vence-se no correspondente dia de cada trimestre subsequente, sendo a última na data do termo do prazo do empréstimo, conforme plano de amortização que constitui o **Anexo nº 3** deste Contrato, e que o MUTUÁRIO declara recebido, no qual são consideradas prestações de pagamento do empréstimo numa base previsional, considerando o montante total do empréstimo e com a indicação dos juros em função da taxa anual nominal determinada nos termos da cláusula seguinte. -----

2. O MUTUÁRIO poderá fazer amortizações antecipadas parciais ou a total do empréstimo, sem qualquer custo ou penalização, desde que solicitadas por escrito com trinta dias de antecedência, e feitas nas datas das prestações de reembolso previstas no número anterior, e sejam pagos os juros vencidos e os do período então em curso. ----

CLÁUSULA SEXTA (*Juros*) -----

1. As quantias mutuadas ou utilizadas no âmbito deste Contrato e em dívida em cada momento vencem juros, postecipados e contados dia a dia, à taxa de juro anual nominal fixa determinada na Data da Perfeição do Contrato com base no indicador seguinte: A SOMA DA TAXA SWAP DA EURIBOR A SEIS (6) MESES, PARA OITO ANOS (8Y), COM O SPREAD DE 0,33 p.p. (zero vírgula trinta e três pontos percentuais) E TAMBÉM COM O ACRÉSCIMO DE 0,10 p.p. (zero vírgula dez pontos percentuais) A TÍTULO DE ENCARGOS (CREDIT CHARGE) – [o que, a título exemplificativo, corresponde à taxa anual de 3,786% (três vírgula setecentos e oitenta e seis por cento) computada ao dia 10/10/2023 – data considerada na aprovação da Câmara Municipal de Braga]. -----

2. A Taxa SWAP da Taxa Euribor a que se refere o número anterior, a considerar para a determinação da taxa de juro anual nominal aplicável ao empréstimo, será a divulgada ou resultante da divulgação na página Bloomberg da Intercontinental Exchange (ICE), em ICE -> ICE Benchmark Administration -> Swap Rate Fixings -> Daily Fixings -> Euribor A (11:15 am Fft) reportada ao fixing das 11:00 horas do penúltimo dia útil anterior à Data da Perfeição do Contrato. -----

3. Atento o previsto no número 1. (um) e a data ali considerada pelo MUNICÍPIO, a taxa de juro anual nominal (TAN) será de _____ por cento (____%); e a taxa anual efectiva (TAE) deste contrato, calculada nos termos do Dec.-Lei nº 220/94, de 23.08, é de _____ por cento (____%). -----

4. Os juros sobre as quantias mutuadas vencem-se e serão pagos postecipadamente, com periodicidade trimestral, a contar da «Data da Perfeição do Contrato», acrescentando

às prestações de capital, sendo a última na data do termo do contrato; e serão devidos e pagos às MUTUANES em função da participação de cada uma no empréstimo. -----

5. Em caso de mora no pagamento de alguma prestação de reembolso do capital do empréstimo serão devidos pelo MUTUÁRIO juros moratórios calculados à taxa que resultar da aplicação de uma sobretaxa anual de 3% (três) por cento a acrescer à taxa de juros remuneratórios em vigor nesse momento, que incidirá sobre o capital vencido e não pago, que se vencem e são exigíveis diariamente e sem dependência de interpelação nem de aviso prévio.-----

CLÁUSULA SÉTIMA (*Processamento*) -----

1. O empréstimo sindicado, as quantias mutuadas e as obrigações dele decorrentes, serão processados numa conta interna constituída pela CAIXA CENTRAL, como CAIXA LÍDER, com a numeração que lhe atribuir e que poderá ser alterada, para gestão do empréstimo, na qual será feito o registo das parcelas da participação de cada MUTUANTE no empréstimo e das obrigações de pagamento do MUTUÁRIO, em correspondência com as participações MUTUANES no empréstimo e *pari passu*, computadas e processadas pela CAIXA CENTRAL, que as debitará e cobrará, podendo também dar instruções à CAIXA AGRÍCOLA para esse efeito, na conta de depósitos à ordem (Conta D.O.) do MUTUÁRIO no CRÉDITO AGRÍCOLA, associada ao empréstimo e indicada no número 4. (quatro) da Cláusula Primeira. -----

2. O MUTUÁRIO obriga-se a manter a referida Conta D.O. no CRÉDITO AGRÍCOLA e a tê-la suficientemente provisionada nas datas de vencimento das suas obrigações previstas ou emergentes deste Contrato, e desde já autoriza as MUTUANES e dá-lhes instruções para movimentarem e debitarem essa Conta, para fazerem a cobrança e os pagamentos dessas obrigações do MUTUÁRIO.-----

3. Os extratos das referidas contas, os avisos e as notas de lançamento e de débito, emitidos ou confirmados pelas MUTUANES ou pela CAIXA LÍDER, e relacionadas com este contrato e o empréstimo, constituem documentos bastantes para prova da dívida do MUTUÁRIO e da movimentação das contas referidas nos números anteriores,

designadamente para efeitos de exigibilidade e de execução das quantias devidas pelo MUTUÁRIO às MUTUANTES. -----

CLÁUSULA OITAVA (*Condições gerais*) -----

1. As prestações de pagamento do capital e de juros e as demais obrigações contratuais são exigíveis e devem ser pagas pelo MUTUÁRIO nas datas dos seus vencimentos, independentemente de qualquer aviso ou interpelação. -----

2. Todos os pagamentos, seja qual for a indicação do MUTUÁRIO, mesmo os realizados através da referida «Conta D.O.», serão imputados pela ordem seguinte: a juros de mora, a juros remuneratórios vencidos, a capital vencido e depois a juros remuneratórios e a capital vincendos. -----

3. Este contrato e o empréstimo são isentos de comissões e de outros custos para o MUTUÁRIO, sem embargo de eventuais encargos ou custos que nos termos da lei lhe sejam imputáveis. -----

4. A falta ou demora das MUTUANTES na cobrança de créditos e na efectivação de débitos na Conta D.O., ou no exercício de algum direito ou faculdade, não representa a concessão de moratória, nem significa renúncia ou perda de qualquer prazo ou direito e à percepção dos créditos e quantias que lhes sejam devidas. -----

5. O MUTUÁRIO obriga-se a fornecer prontamente às MUTUANTES, sempre que a CAIXA LÍDER solicite ou se sobrevier algum facto que o justifique, os documentos e informações relativos aos requisitos e condições previstos na Cláusula Primeira e à aplicação das quantias mutuadas, bem como a dar imediato conhecimento às MUTUANTES de todo e qualquer acto ou diligência administrativa, judicial ou extrajudicial de que seja citado ou interpelado, ou facto que de alguma forma possa afectar ou pôr em risco o cumprimento das suas obrigações contratuais. -----

6. Se o indexante ou taxa de referência para a determinação da taxa de juro, ou a ela subjacente, for descontinuado, substituído ou deixar de ser usado, ou publicitado, ou se sobrevierem alterações de circunstâncias, de factores legais que influam na determinação da taxa de juro ou da taxa de referência, ou relativas às condições de financiamento ou de custos do crédito nos mercados financeiros, as MUTUANTES

poderão aplicar, após comunicação da CAIXA LÍDER ao MUTUÁRIO, outro indexante ou taxa de referência e/ou outra taxa de juro, com equivalência aos previstos neste contrato e/ou aos praticados para operações idênticas no sistema bancário, que respeitem os princípios da adequação, objectividade e transparência, ou conforme o que seja previsto na lei e na regulamentação aplicáveis, do Banco de Portugal ou de autoridade monetária ou entidade de administração de taxas de juro, nacional ou da União Europeia, considerando-se aceite pelo MUTUÁRIO se este não optar pela resolução do contrato, que terá de fazer por escrito devidamente assinado e entregue às MUTUANTES, através da CAIXA LÍDER, nos dez dias seguintes à dita comunicação desta; caso em que o MUTUÁRIO se obriga a reembolsar as quantias mutuadas e a pagar os juros e demais quantias devidas, na totalidade, no prazo de trinta dias subsequentes, aplicando-se nesse período a última taxa vigente.-----

7. Este Contrato e os inerentes créditos constituem activos elegíveis para operações de política monetária do *Eurosistema*, nos termos da sua Regulamentação, da Lei e da Regulamentação e Instruções do Banco de Portugal; e o MUTUÁRIO declara, sem reservas ou limitações e para os devidos efeitos legais e regulamentares, que expressamente renuncia: -----

a) Aos direitos decorrentes das regras do segredo bancário, nos citados termos regulamentares, ficando entendido que as MUTUANTES, ou a entidade por elas autorizada ou a quem cedam o crédito emergente do presente contrato, e o Banco de Portugal ou a entidade por este indicada poderão aceder, utilizar e dispor das informações, documentos e/ou quaisquer elementos cobertos por segredo bancário e respeitantes ao MUTUÁRIO, seu representante, ao presente contrato e empréstimo. ---

b) A quaisquer direitos de compensação, independentemente da sua origem e justificação, perante o Banco de Portugal e/ou perante as MUTUANTES, e/ou perante qualquer entidade a quem o crédito seja cedido conforme a Regulamentação e as Instruções do Banco de Portugal e as Regras do *Eurosistema*. -----

CLÁUSULA NONA (*Incumprimento, exigibilidade e salvaguardas*) -----

1. O não cumprimento pontual de quaisquer obrigações do MUTUÁRIO para com as MUTUANTES, emergentes deste contrato, produz o vencimento antecipado e a exigibilidade imediata de todas as demais obrigações do mesmo, sem embargo de outros direitos conferidos por lei ou contrato, e especialmente nos casos seguintes: -----

a) Se não for paga alguma das prestações de capital ou de juros, no respectivo prazo, ou os juros moratórios, ou outras quantias devidas, nas datas estabelecidas ou que forem indicadas pelas MUTUANTES. -----

b) Se não forem respeitadas as obrigações relativas a garantias e à movimentação e crédito da «Conta D.O.», ou se sobrevier alguma oposição, apreensão ou providência judicial, administrativa ou extrajudicial, ou outro fato que as afecte. -----

c) Se as quantias mutuadas forem usadas em finalidade diferente do contratado; ou se não forem entregues os documentos ou não forem prestadas as informações que o devam ser às MUTUANTES, ou neles/as haja falsidade, defeito ou omissão. -----

2. O empréstimo e o bom cumprimento das obrigações dele decorrentes beneficiam das garantias admissíveis nos termos do direito, em especial na Lei nº 73/2013, de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais). -----

3. O MUNICÍPIO compromete-se a processar e creditar, na Conta D.O. associada a este Contrato e ao empréstimo, receitas ou parte delas, relativas a preços da venda e fornecimento de bens e serviços da sua actividade, de dotações, de transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Geral Municipal e do orçamento do estado, em qualquer dos casos conquanto e como seja permitido por Lei e as receitas não sejam legalmente consignadas e em especial a outros fins, e possam ser usadas e em montantes suficientes e necessários para assegurar e fazer o pagamento, em cada momento, do que seja devido pelo MUNICÍPIO nos termos deste contrato, e que as MUTUANTES poderão usar desse modo e para esses efeitos, nos termos legais.-----

4. Ao presente contrato tem aplicação o artigo 9º do Decreto-Lei nº 58/2013, de 8 de Maio, pelo que, em caso de mora, as MUTUANTES poderão, querendo, cobrar como encargo de recuperação de valores em dívida, cujo valor não poderá exceder 4% (quatro por cento) do valor da prestação vencida e não paga, sempre com os montantes mínimos e máximos que em cada momento constarem do Preçário, que reproduzirá o

estabelecido por lei e atualizado anualmente de acordo com o índice de preço ao consumidor, mediante portaria governamental, sendo que, nesta data, o mínimo ascende a € 12,00 (doze euros) e o máximo a € 150,00 (cento e cinquenta euros), salvo se o valor da prestação vencida e não paga for superior a € 50.000,00 (cinquenta mil euros) circunstância em que o máximo desse encargo poderá corresponder a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da prestação. -----

CLÁUSULA DÉCIMA (*Tratamento e Protecção de Dados*) -----

1. Os dados pessoais facultados pelo MUNICÍPIO MUTUÁRIO e/ou pela sua Câmara Municipal e seus/suas representantes, pessoas singulares, destinados à celebração deste contrato de crédito, bem como os constantes dos documentos com ele relacionados, designadamente na proposta de crédito e nos demais elementos constitutivos do *dossier* de avaliação de solvabilidade, e ainda os dados pessoais resultantes da execução deste contrato serão tratados, nos termos da legislação aplicável, em particular, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 ("Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados") pelas MUTUANTES, em corresponsabilidade pelo tratamento desses dados. -----

2. Os dados pessoais são também partilhados com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, Associadas da CAIXA CENTRAL, identificáveis no sítio do Crédito Agrícola, em www.creditoagricola.pt, entidades em si mesmo responsáveis pelo tratamento, com a finalidade de permitir que a rede de agências do Crédito Agrícola fique habilitada a prestar ao MUTUÁRIO todos os serviços inerentes à execução do presente contrato e/ou de quaisquer outros contratos que o MUTUÁRIO haja celebrado com o Crédito Agrícola, sem os limitar ao contacto com a agência de domiciliação da conta de depósitos à ordem associada a este contrato. -----

3. Os dados pessoais podem ser partilhados pelas MUTUANTES com entidades qualificadas como subcontratantes, nos termos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, para prestação de serviços de execução contratual, tecnologias da informação, armazenamento de dados, gestão documental, centros telefónicos de relacionamento (*call center*), recuperação de crédito e contencioso. -----

4. Os dados pessoais podem ainda ser partilhados pelas MUTUANTES com entidades qualificadas como terceiras para efeitos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, como o Banco de Portugal, Autoridade Tributária e Aduaneira, Procuradoria-Geral da República, Tribunais e órgãos de polícia criminal, Conservatórias de Registo, Serviços de Registo, Cartórios Notarias e Entidades Equiparadas, Entidades Depositárias e/ou Registadoras de Títulos, e entidades a quem as entidades mutuantes cedam créditos, bem como demais entidades do Grupo Crédito Agrícola.-----

5. Para efeitos do disposto nos números 3 e 4 da presente Cláusula, os dados podem ser transmitidos a entidades integrantes do Grupo Crédito Agrícola, designadamente partilhados com as empresas participadas e de serviços auxiliares, onde se incluem sociedades do ramo segurador, todas identificáveis em www.creditoagricola.pt, partilha essa que é efectuada apenas quando necessária à prestação de serviços e finalidades a que se referem os números 3 e 4 e para os quais os dados são recolhidos e tratados de forma eficiente. -----

6. Para efeitos do disposto na lei e na regulamentação em vigor do Banco de Portugal, as MUTUANTES comunicam à Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal dados inerentes ao presente contrato (identificações de Mutuários e Garantes, montantes, prestações, prazos, garantias, etc.) decorrentes da sua celebração e execução, bem como toda e qualquer vicissitude que venha ocorrer, designadamente situações efectivas ou potenciais de mora e/ou incumprimentos. -----

7. O fundamento jurídico para proceder ao tratamento dos dados pessoais do MUTUÁRIO e/ou do(a/s) seu(s)/sua(s) representante(s), bem como das demais pessoas singulares com todos eles relacionados, identificadas ou identificáveis nos termos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, para cada uma das finalidades elencadas, tipicamente, é o seguinte: -----

a) Diligências pré-contratuais necessárias à celebração e à execução do presente contrato: -----

1. Gestão e execução do contrato; -----
2. Análise de risco para concessão de crédito, para eventual cessão de crédito e de posição contratual;-----

b) Consentimento: -----

Marketing directo para promoção de produtos e serviços não financeiros e/ou de terceiros;-----

c) Interesse legítimo das MUTUANES em evitar condutas fraudulentas, recuperar créditos e demais actividades conexas à promoção da sua actividade comercial e à melhoria da mesma: -----

1. Acções de recuperação de crédito, designadamente gestão do processo de recuperação de crédito, gestão de activos recebidos ou recuperados, promoção de alienação dos activos; -----
2. Gestão de processos em contencioso, designadamente inventários, impugnações, processos fiscais, judiciais e/ou administrativos;-----
3. Operações de cessão de créditos ou transmissão de posições contratuais, em sede de tratamento e transmissão de informação no âmbito de processos de reorganização societária e de processos de venda ou titularização de créditos; -----
4. Análise de risco para eventual cessão de crédito e de posição contratual;-----
5. Realização de estudos de mercado e de inquéritos de satisfação;-----
6. Marketing e comunicação de produtos e serviços financeiros próprios, no âmbito do que é efectuada a análise e o tratamento de dados para identificar oportunidades de apresentação de produtos ou serviços, dinamização de actividades comerciais para marketing e envio de comunicações de marketing directo; -----
7. Melhoria e monitorização da qualidade de serviço, onde se inclui a análise e tratamento de informação relativa à qualidade e ao desempenho dos vários meios e processos de prestação de serviços, gestão de reclamações e até a monitorização que permite a prevenção de utilizações fraudulentas e por terceiros dos seus meios de pagamento; -----

d) Cumprimento de obrigações legais: -----

1. Cumprimento de obrigações de retenção, pagamento ou declaração para efeitos fiscais;-----
2. Cumprimento de obrigações legais ou regulamentares relativas à actividade bancária e financeira;-----

3. Cumprimento de obrigações legais relativas ao reporte ou respostas a autoridades públicas; -----

4. Prevenção de fraude e dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.-----

8. Os dados pessoais serão conservados durante o prazo de vigência do presente contrato e, terminada a relação contratual, os mesmos, os seus tratamentos e a respectiva conservação manter-se-ão pelos prazos legais obrigatórios ou até que prescrevam, nos termos da lei, os direitos dela emergentes.-----

9. O MUTUÁRIO e/ou o(a/s) seu(s)/suas(s) representante(s), bem como as demais pessoas singulares com todos eles relacionados, identificadas ou identificáveis nos termos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, podem exercer os seus direitos de acesso, rectificação, apagamento, portabilidade, oposição e limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sempre e nos termos em que os requisitos legais previstos no Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados se encontrem cumpridos, podendo igualmente apresentar reclamação perante a autoridade de controlo competente, que em Portugal é a Comissão Nacional de Protecção de Dados, obtendo mais informações sobre estes direitos e o seu exercício através da consulta do sítio do Crédito Agrícola, acedível em www.creditoagricola.pt/institucional/rgpd e em todas as agências do Crédito Agrícola. -----

10. Para exercício dos seus direitos, o MUTUÁRIO e/ou o(a/s) representante(s), bem como as demais pessoas singulares com todos eles relacionados, identificadas ou identificáveis nos termos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, podem dirigir-se a qualquer agência do Crédito Agrícola ou fazê-lo, por escrito, através de correio electrónico para o endereço protecaodedados@creditoagricola.pt.-----

11. O MUTUÁRIO e/ou o(a/s) seu(s)/sua(s) representante(s), bem como as demais pessoas singulares com todos eles relacionados, identificadas ou identificáveis nos termos do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, poderão ainda, querendo, contactar o Encarregado da Protecção de Dados do Grupo Crédito Agrícola através dos seguintes meios: -----

- Por correio electrónico para o endereço: dpo@creditoagricola.pt -----

- Por via postal para o endereço: Encarregado da Protecção de Dados do Grupo Crédito Agrícola, Rua Castilho, 233, 1099-004 Lisboa. -----

12. Para informação mais detalhada quanto ao tratamento de dados pessoais levado a cabo pelas MUTUANTES, em particular quanto ao exercício de direitos por parte do titular dos dados, deverá ser consultada a informação actual e actualizada que o Crédito Agrícola disponibiliza no seu sítio www.creditoagricola.pt/institucional/rgpd e em todas as agências do Crédito Agrícola. -----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (*Lei, Foro e Supervisão*) -----

1. O presente contrato rege-se pela lei portuguesa. -----

2. Para solucionar quaisquer questões relacionadas com este contrato fica designado como competente, no que por lei for disponível, o foro da Comarca de Lisboa. -----

3. As MUTUANTES são Instituições de Crédito que se encontram sob a supervisão do BANCO DE PORTUGAL, com sede na Rua do Comércio, 148, 1100-150 Lisboa, podendo o MUTUÁRIO apresentar as suas reclamações, identificando-se e descrevendo a situação objecto de reclamação, através: -----

a) do livro de reclamações electrónico constante da Plataforma do Livro de Reclamações Electrónico em www.livroreclamacoes.pt/inicio ou do livro de reclamações físico existente em cada uma das agências do Crédito Agrícola; -----

b) do sítio institucional da internet do CRÉDITO AGRÍCOLA, acedível em www.creditoagricola.pt ou solicitando a intervenção da «Provedoria do Cliente do Cliente do Crédito Agrícola», contactável através do telefone +351 213 805 598 (chamada para a rede fixa nacional), do fax +351 213 805 599, do email: gpcliente@creditoagricola.pt e da morada: Provedoria do Cliente, Rua Castilho, 233, 1099-044 Lisboa; -----

c) do Portal do Cliente Bancário, acedível em www.clientebancario.bportugal.pt, ou através de comunicação escrita dirigida para a morada acima indicada. -----

4. As MUTUANTES responderão às reclamações apresentadas pelo MUTUÁRIO no prazo máximo de quinze (15) dias úteis a contar da data da sua recepção, por mensagem de correio electrónico a enviar para o endereço de correio electrónico fornecido pelo MUTUÁRIO aquando da apresentação da reclamação e, se o MUTUÁRIO não houver

fornecido este endereço na apresentação da reclamação, nem aquando da recolha ou actualização dos seus elementos de identificação, por carta a enviar para o último endereço postal registado.-----

5. Em situações excepcionais, em que por razões alheias à vontade das MUTUANTES não seja possível responder à reclamação no prazo previsto no número anterior, o MUTUÁRIO será informado sobre as razões para o atraso na resposta à reclamação, bem como sobre a data prevista para o envio da resposta definitiva, a qual, em qualquer caso, será enviada no prazo máximo de trinta e cinco (35) dias a conta da data da recepção da reclamação.-----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (*Convenção do CRÉDITO AGRÍCOLA*) -----

1. A presente cláusula e o que aqui se estabelece entre as MUTUANTES só as vincula a elas no âmbito da sua participação coligada neste Contrato, designada por sindicato de instituições do CRÉDITO AGRÍCOLA, pelo que poderão alterar o que é regulado nesta cláusula, sem intervenção do MUTUÁRIO. -----

2. A CAIXA CENTRAL é designada como CAIXA LÍDER, dada a sua posição como organismo superior e central, de orientação e representação do CRÉDITO AGRÍCOLA, nos termos do respectivo Regime Jurídico especial (RJCAM), participando na concessão deste financiamento com as CAIXAS AGRÍCOLAS contratantes suas associadas e dando-lhes apoio técnico. -----

3. As comunicações no âmbito deste contrato são geridas e processadas pela CAIXA LÍDER, e a esta dirigidas, cabendo-lhe a gestão do contrato e do empréstimo, exercer os direitos e prerrogativas das MUTUANTES, executar o contrato e realizar os actos e diligências ao seu abrigo, ou conexos, ou de ordem operacional ou administrativa, agindo no interesse, em nome e representação das MUTUANTES, e aqui autorizada pelas CAIXAS AGRÍCOLA contratantes, comprometendo-se todas a colaborar na realização dos fins do Contrato e na prossecução do interesse comum do CRÉDITO AGRÍCOLA.-----

4. A CAIXA LÍDER poderá, no interesse e representação das MUTUANTES, ajustar com o MUTUÁRIO alterações do empréstimo, nomeadamente de prazos, quer de utilização, de carência e de pagamentos, da sua periodicidade e plano de pagamento do

empréstimo, ou outras condições operacionais, sem prejuízo dos direitos contratuais das MUTUANTES e observando princípios de adequação, *pari passu* e proporcionalidade.---

5. A CAIXA LÍDER poderá dar instruções relativas ao processamento do empréstimo e movimentação da «Conta D.O.» do MUTUÁRIO associada ao empréstimo, inclusive para serem feitos os débitos e demais movimentos nessa Conta, bem como o tratamento das quantias recebidas e da sua distribuição, *pari passu* e na proporção que compete a cada MUTUANTE, em função da sua participação no empréstimo, e independentemente de quaisquer instruções do MUTUÁRIO.-----

6. As MUTUANTES comprometem-se a entregar à CAIXA LÍDER e a benefício do sindicato mutuante as quantias que recebam do MUTUÁRIO, para serem aplicadas no pagamento das responsabilidades do MUTUÁRIO devidas ao abrigo deste contrato e de acordo com as regras referidas no número anterior.-----

7. No exercício das suas funções como CAIXA LÍDER, esta não tem obrigação de agir além do que esteja contratualmente estabelecido, nem terá responsabilidade no que respeita a qualquer ação, oposição, execução ou outra providência, diligência ou acto relacionado com os créditos e outros direitos das MUTUANTES decorrentes do contrato, ficando ainda bem entendido que a CAIXA LÍDER poderá legitimamente confiar em qualquer certificação, declaração, notificação, instrução, instrumento ou outro documento que aceite do MUTUÁRIO, e/ou confie ter sido escrito, produzido ou emitido de boa-fé e validamente, por parte, pessoa ou entidade correta ou com legitimidade ou competência para o efeito, inclusive o MUTUÁRIO, seus órgãos e representantes. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (*Comunicações*)-----

As comunicações dos Contraentes devem ser feitas por escrito, devida e validamente assinado, por carta protocolada ou por correio registado, para os respectivos endereços acima mencionados nas suas identificações, que também valem para citação e notificação judicial, ou por correio electrónico e para os contactos e endereços a seguir indicados, devendo as comunicações do MUTUÁRIO para as MUTUANTES ser feitas através da CAIXA LÍDER, e cujas alterações cada contraente se obriga a fazer aos demais nos trinta (30) dias posteriores à sua ocorrência. -----

MUNICÍPIO DE BRAGA: -----

Contacto: ao c/ _____.

Telefone: _____.

Email: _____@_____.pt-----

CAIXA CENTRAL: -----

Contacto: ao c/ _____.

Telefone: _____.

Email: _____@_____.pt-----

CAIXA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO: -----

Contacto: ao c/ _____.

Telefone: _____.

Email: _____@_____.pt-----

CAIXA AGRÍCOLA _____: -----

Contacto: ao c/ _____.

Telefone: _____.

Email: _____@_____.pt-----

CAIXA AGRÍCOLA _____: -----

Contacto: ao c/ _____.

Telefone: _____.

Email: _____@_____.pt-----

OUTRAS CAIXAS AGRÍCOLAS – Compor Nome e Contactos do mesmo modo.

Contrato com três (3) anexos, outorgado em dois exemplares, um para as MUTUANTES e outro para o MUTUÁRIO, com termo de autenticação.-----

_____, _____ de _____ de dois mil e vinte e três.-----

* Isento de Imposto de Selo nos termos do artº 6º do Código do Imposto de Selo.-----

Pelo MUTUÁRIO, o Presidente da Câmara Municipal de Braga: -----

[Ricardo Bruno Antunes Machado Rio]

Pela CAIXA CENTRAL:

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

Pela CAIXA AGRÍCOLA DO ALTO CÁVADO:

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

Pela CAIXA AGRÍCOLA _____:

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

Pela CAIXA AGRÍCOLA _____:

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

[NOME _____, titular do Cartão de Cidadão nº _____, válido até _____, na
qualidade / cargo de _____ administrador/a /ou: procurador/a]

CAMPOS PARA OUTRAS CAIXAS AGRÍCOLAS

Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Clique ou toque aqui para introduzir texto.

Clique ou toque aqui para introduzir texto.